



Protógenes será indiciado por grampo ilegal e por violar sigilo funcional

A Polícia Federal vai indiciar o delegado Protógenes Queiroz pelos crimes de interceptação telefônica sem autorização judicial e violação de sigilo funcional. O primeiro crime está na Lei 9.296/96 (Lei de Interceptação Telefônica) e prevê pena de dois a quatro anos de detenção e multa. O segundo é definido pelo Código Penal e estabelece pena de dois a seis anos, além de multa. O inquérito da PF apura o vazamento de informações sigilosas e outras ilegalidades cometidas pelo delegado durante a Operação Satiagraha.

A Justiça Federal de São Paulo determinou a quebra de sigilo de 25 linhas e celulares e rádios usados por Protógenes. A Polícia Federal quer identificar chamadas telefônicas e mensagens feitas e recebidas pelo delegado no período de julho a novembro do ano passado. O Ministério Público Federal manifestou parcial adesão ao pedido.

A investigação conduzida pelo delegado da Polícia Federal Amaro Vieira Ferreira aponta no sentido da existência de uma rede clandestina de espionagem capitaneada por Protógenes Queiroz. Os grampos teriam atingido membros do Executivo, Legislativo e Judiciário. Também foram investigados ilegalmente advogados e jornalistas.

Na semana passada, depois de receber o aval do MPF, o juiz da 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo, Ali Mazloum, afastou o sigilo que recaía sobre o inquérito que investiga as ilegalidades cometidas na Operação Satiagraha. O magistrado encaminhou cópias do processo para o presidente da CPI dos Grampos, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ).

Ali Mazloum alegou que o segredo não atendia os ditames legais e não estava servindo para resguardar as investigações. De acordo com Ali Mazloum, o sigilo estaria servindo para o vazamento seletivo de informações. Em sua decisão, o juiz, no entanto, manteve o sigilo dos arquivos do material encontrado em poder do delegado Protógenes e de agentes da Abin, como o pen drive com informações divulgadas pela revista *Veja* neste final de semana.

Como revelou a **Consultor Jurídico** em 6 de fevereiro, o Ministério Público Federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o comando do Tribunal Regional Federal da 3ª Região trabalhavam para abortar as investigações — clique [aqui](#) para ler mais.

Arquivos do delegado

A partir do *pen drive* e do computador do delegado e de documentos apreendidos em sua casa, a Polícia Federal encontrou relatórios que levantam suspeitas graves sobre as atividades de ministros do governo, fotos comprometedoras usadas para intimidar autoridades e gravações ilegais de conversas de jornalistas.

Os dados mostram que podem ter caído nas garras de Protógenes o senador Heráclito Fortes (DEM-PI); o ministro Geddel Vieira (Integração Nacional); a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil); o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos); o ex-ministro José Dirceu; o secretário particular de Lula,



Gilberto Carvalho; o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal; o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; e o governador de São Paulo, José Serra (PSDB).

O inquérito que apura os desvios de Protógenes revela também que os agentes da Agência Brasileira de Inteligência participaram ativamente da Satiagraha. Pelo menos 84 agentes e oficiais de inteligência foram mobilizados na operação. As investigações mostram que o delegado mentiu quando disse que assessores do ministro Gilmar Mendes jantaram com o advogado de Daniel Dantas, Nélio Machado. Na foto do jantar, apreendida junto com o material clandestino, não há assessores do STF.

Além disso, a investigação indica que Protógenes privatizou e terceirizou os trabalhos de inteligência para prender o banqueiro Daniel Dantas. Como revelou a revista **Consultor Jurídico**, em seu relatório, a PF aponta quais foram os jornalistas da *TV Globo* que filmaram e editaram a reunião em que intermediários do banqueiro supostamente tentam subornar um delegado da PF. Além dos jornalistas da Globo, Protógenes teria mobilizado para o trabalho policial a equipe do detetive particular Eloy de Lacerda (especialista em grampos ilegais) e do empresário Luís Roberto Demarco (especialista nas tramas de Daniel Dantas).

As buscas dos computadores ocorreram na madrugada de 5 de novembro e atingiram cinco apartamentos de Protógenes e seus familiares, em São Paulo, no Rio e em Brasília. Na ocasião, a PF apreendeu celulares, *notebook* e dois *pen drives* de seu uso pessoal.

Date Created

10/03/2009